

## ATA 18/07-CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1  
2 Aos dezenove dias do mês de julho de 2007, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde  
3 de Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, 325 e com início as 18:45 horas, realizou-se mais uma Plenária  
4 do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre, tendo a seguinte proposta de Pauta: 1)Abertura,  
5 2)Apreciação e Votação da Ata 16/07, 3)Faltas Justificadas, 4)Leitura dos Pareceres 34/07, 35/07, 36/07,  
6 37/07, 38/07, 39/07 e 40/07, 5)Informes 6)Pauta Principal: Votação dos INDICADORES DO PACTO  
7 PELA SAÚDE 2007. Estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: 1)**Oscar Paniz**, 2)**Nei**  
8 **Carvalho**, 3)**Rejane Haidrich**, 4)**Flavio Becco**, 5)**Marta Marcantonio**, 6)**Riograndino de Oliveira**,  
9 7)**João Felizberto Vargas Melo**, 8)**Clodomar Freitas**, 9)**Maria Letícia de Oliveira Garcia**, 10)**Ione**  
10 **Terezinha Nichele**, 11)**Fabiana de Souza**, 12)**Deoclides Ferreira de Almeida**, 13)**Zilda de Moraes**  
11 **Martins**, 14)**Maria Ivone Dill**, 15)**Olivir Citolin**, 16)**Paulo Antônio Stöelben**, 17)**Heloísa Helena**  
12 **Rousselet de Alencar**, 18)**Rene Miguel Alves**, 19)**José Carlos Silva Vieira**, 20)**Maria Angélica Mello**  
13 **Machado**, 21)**Giovana Monteiro**, 22)**Alberto Terres**, 23)**Tânia Ledi da Luz Ruchinsche**, 24)**Lindsey**  
14 **Marilyn da Silva Larson**, 25)**Fabiane Pacheco Oliveira**, 26)**Nauro Aguiar**, 27)**Gislaine Margarida**  
15 **Rodrigues**, 28)**Isis de Azevedo Silveira**, 29)**Janete Nunes Soares**, 30)**Almerinda Rejane Cunha dos**  
16 **Santos**, 31)**Cláudia Feldmann Gonçalves**, 32)**Jairo Francisco Tessari**, 33)**Alcides Pozzobon**, 34)**Roger**  
17 **dos Santos Rosa**, 35)**Márcia Nunes**. Os Conselheiros Suplentes presentes eram: 1)**Angela Regina Groeff**  
18 **Nunez**, 2)**Antônio Losada**, 3)**Elizabete dos Santos Freitas**, 4)**João Batista Ferreira**, 5)**Paulo Goulart**  
19 **dos Santos**. Justificaram suas ausências, Maria Encarnacion Morales Ortega, Humberto Scorza, Débora  
20 Melecchi, Lisia Hausen Gabe, Lizete de Oliveira e Jaci dos Santos e José Antônio dos Santos. Seguindo, a  
21 Coordenadora ZILDA DE MORAES MARTINS, coloca em apreciação e votação a Ata 16/07. A  
22 Conselheira REJANE registra suas propostas de alteração ou correção. Após, a Coordenadora encaminha a  
23 votação e a Ata 16/07 é aprovada por 16 votos favoráveis, 1 contrário e 4 abstenções. O Conselheiro  
24 NAURO AGUIAR, representando o Sindicato Médico deseja fazer a sua declaração de voto contrário. Diz  
25 ele então que acompanhou parte daquela Plenária e na verdade deveria se abster, mas até o momento em  
26 que fiquei, houve uma manifestação do Conselheiro CLODOMAR, que fez muitas ofensas aos médicos. Eu  
27 pedi a palavra, que não foi concedida, pela Plenária e pela Mesa, que eu achei uma desconsideração muito  
28 grande. Mas de qualquer maneira o Sindicato fez um pedido oficial ao Conselho, para obter a cópia da fita  
29 da gravação da reunião. Estamos aguardando o posicionamento. O Conselheiro OSCAR disse-me já ter o  
30 Conselho enviado o ofício ao Sindicato, o qual não recebi ainda. Então é somente para explicar, pois o que  
31 está escrito aqui na Ata me parece tão pouco, pois ele falou tanta coisa, ofendeu tanto, que eu queria escutar  
32 a fita. Manifesta-se o Conselheiro OSCAR PANIZ, dizendo que houve a solicitação do Sindicato Médico  
33 desta fita. Na reunião do Núcleo de Coordenação foi decidido que se responderia à solicitação, o que foi  
34 feito. Ressalto que sou responsável pela confecção da Ata e muitos termos, agressivos uns, e até de baixo  
35 nível outros, optamos por não colocar na ata, pois é um documento que para nós retrata o comportamento  
36 do Conselho e como as atas são públicas e circulam bastante, não acho correto colocar terminologias  
37 inadequadas. Ressalto que nada tem a haver com censura. Prosseguindo, solicita a Coordenadora ZILDA  
38 MARTINS que se faça a leitura dos Pareceres. A Coordenadora da SETEC, ELEN BORBA apresenta  
39 então, os mesmos. **PARECER 035/07-INSTITUTO DO EXCEPCIONAL - Plano de Aplicação da 12º**  
40 **etapa do Programa Solidariedade. Valor de R\$1.106,48. Recursos do Governo do Estado do RS.**  
41 **PARECER 036/07-IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA – Plano de Aplicação da 12º**  
42 **etapa do Programa A Nota é Minha. Valor de R\$ 4.988,89. Recursos do Governo do Estado do RS.**  
43 **PARECER 037/07-HOSPITAL ESPÍRITA DE PORTO ALEGRE – Prestação de Contas do Plano de**  
44 **Aplicação da 11º etapa do Programa A Nota é Minha. Valor de R\$ 26.020,40. Recursos do Governo**  
45 **do Estado do RS. PARECER 038/07 – HOSPITAL PARQUE BELEM. Prestação de Contas do Plano**  
46 **de Aplicação da 11º etapa do Programa A Nota é Minha. Valor de R\$ 25.732,13. Recursos do**  
47 **Governo do Estado do RS. PARECER 039/07 – ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR VILA NOVA –**  
48 **Apresentação do Relatório de Atividades do Programa Parceria Resolve de Abril a Junho de 2007.**  
49 Feita a apresentação é consultada a Plenária se alguém deseja algum esclarecimento. Nada havendo é  
50 encaminhada a votação, sendo aprovados os pareceres acima por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e  
51 nenhuma abstenção. Prosseguindo a Conselheira ELEN BORBA apresenta o **PARECER 040/07 da**  
52 **COORDENAÇÃO GERAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, referente à Prestação de Contas do**  
53 **PPI\_VS 2006.** A plenária é consultada sobre algum esclarecimento que deva ser feito sobre o mesmo.

54 Nada havendo, é encaminhada a votação e o mesmo é aprovado por 23 votos favoráveis, nenhum contrário  
55 e 3 abstenções. O Conselheiro OSCAR PANIZ registra uma correção a ser feita na Ata 13/07. Onde se lê,  
56 na linha 01, mês de março, o correto é maio. Seguindo, é encaminhada a palavra ao Dr. ELISEU SANTOS,  
57 vice-prefeito de Porto Alegre, que assumiu o cargo de Secretário da Saúde, no lugar do Dr. PEDRO GUS.  
58 Manifesta-se o Dr. ELISEU então, saudando aos presentes, dizendo que a Secretaria, a partir de nosso  
59 trabalho, de nossa visão, estará aberta a todos que queiram melhorar o atendimento de Assistência Médica  
60 ao nosso povo. Para aqueles que mais precisam. Eu tenho um foco e quero investir sobre a Prevenção. O  
61 Programa de Saúde da Família, na minha visão, é um Programa excelente. Não vamos prometer nenhum  
62 milagre. Como disse numa entrevista, não tem Secretário que acabe com fila, que resolva a saúde do Brasil.  
63 Não existe no Brasil nenhum município em que estejam sobrando recursos. Que o Secretário possa dizer  
64 que o dele é o melhor do país. Nós estamos aqui para pedir que, juntos, vamos lutar para melhorar a  
65 assistência médica de quem precisa. O recurso não tem sobrando. Temos um teto, que vocês conhecem bem.  
66 Acho que acima do dinheiro está a vida. E na vida, gente com dignidade é gente com saúde. Agora estou  
67 com um programa permanente. Não será como enceradeira nova. Vou visitar todos os Postos. Já visitamos  
68 9. Depois que nós terminarmos, vamos fazer um programa. Não terão um Secretário sentado aqui dentro. É  
69 meu estilo de vida, de trabalho. Eu vou visitar e quero dizer a vocês, que nós manteremos um canal aberto  
70 aqui na Secretaria para conversar com aquelas pessoas que queiram nos ajudar. Com as pessoas que  
71 queiram fazer uma política de saúde séria, voltada para o povo que mais precisa, nesta cidade. Não temos  
72 varinha mágica. Quem me conhece da Zona Norte, sabe que sou médico há 32 anos, no Cristo Redentor.  
73 Tenho uma caminhada política. Mas acima de tudo, o que mais me orgulha é meu título de médico. Dos  
74 títulos políticos, dependemos do voto, do partido. Meu título de médico consegui na Universidade Federal  
75 do RS. Dependí de mim e de Deus. Tenho muito orgulho de ser médico. E este sentimento de ser médico, de  
76 ajudar aquele que precisa, quem conhece a minha trajetória, sabe que isto se mantém vivo dentro de mim.  
77 Estou aí, à disposição. Muito obrigado e que Deus nos abençoe. Tenho certeza de que ninguém está reunido  
78 aqui porque não tem nada o que fazer, mas sim para melhorar a assistência médica. Temos que trabalhar.  
79 Vou dizer a vocês, de peito aberto, que temos um grande desafio. Quero empatar este jogo e ganhar.  
80 Quando digo que quero empatar é que na minha visão, estamos perdendo. Na minha visão de político,  
81 perdemos o jogo até agora. Quero empatar este jogo e ganhar. Para que? Para que o povo tenha melhor  
82 atendimento. Prosseguindo, a Coordenadora ZILDA MARTINS registra a presença da Dra. ANGELA  
83 ROTUNNO, Promotora do Ministério Público Estadual. Seguindo nos informes, manifesta-se a Enfermeira  
84 CLÁUDIA FELDMANN, que diz trabalhar numa equipe de PSF, no Bairro Camaquã, há 11 anos. O meu  
85 informe é de que foi formado um Grupo de Trabalho para, junto com a Secretaria Municipal da Saúde, nos  
86 unirmos e encontrarmos uma maneira nova, uma maneira adequada para o nosso futuro. Futuro este  
87 referente à contratação. Todos devem saber que em agosto fecha o contrato com a FAURGS e  
88 permanecemos ainda com a indefinição do que irá acontecer. Já passamos ao Secretário este ofício que  
89 tenho em mãos (**cópia de documento disponível na Secretaria do Conselho**) que contém o nome das  
90 componentes do Grupo de Trabalho, que foi formado após uma reunião com o Secretário anterior. A gente  
91 pede então que no momento que as tratativas comecem a ser efetuadas, que chamem a Comissão, para que  
92 juntos possamos sentar e discutir os novos rumos desta temática. É um Programa importante. O Senhor  
93 Secretário acabou de confirmar. É uma estratégia do Governo Federal, que está dando certo e o objetivo é  
94 ampliar cada vez mais. Hoje fazemos um bom trabalho, com o reconhecimento da população, em geral.  
95 Dando seqüência a Coordenadora ZILDA solicita que a Senhora ESTER, trabalhadora do CAPS/CAIS  
96 Mental Centro faça a sua manifestação. Apresenta-se ela então, fazendo a leitura de um documento  
97 endereçado à Coordenação do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Distrital Centro e da Comissão  
98 de Saúde Mental (**documento disponível na Secretaria do Conselho**). Após a apresentação do  
99 documento, o Dr. ELISEU SANTOS solicita a presença da Dra. LIZIA MOTA para que a mesma responda  
100 a manifestação da Equipe do CAPS/CAIS Mental Centro. Manifesta-se então a Dra. LIZIA MOTA,  
101 dizendo que anteriormente, em uma apresentação neste Conselho, tratamos de CAPS, conceitos, etc..Este,  
102 no caso, é um CAPS 2, que tem uma Portaria do Ministério da Saúde, que o regra. Pela Portaria deveria ter  
103 um psiquiatra. Deixamos claro que todos os movimentos que tem-se feito até o momento, são  
104 absolutamente conceituais. De gestão. Temos uma identificação, por diagnóstico, que posteriormente  
105 podemos trazer para apresentar. Nós nos deparamos com uma necessidade premente de recursos humanos  
106 no PACS. Num primeiro momento, em relação ao Psiquiatra identificamos que ele estava lotado no PACS,

107 ou seja, parte da carga horária no PACS e parte no CAIS. Então por uma necessidade de serviço realocamos  
108 ele com a carga integral no PACS. Ele está então fazendo um trabalho lá. Ficaram 2 psiquiatras no CAIS,  
109 que lá estão “lotados”. Uma é a Coordenadora do serviço, que apesar de não estar mais lá,  
110 administrativamente ainda está lá. Existe uma proposição de que ela quer sair do serviço em função de uma  
111 série de problemas na questão da coordenação, em relação a questão administrativa. Existe uma legislação  
112 que garante que ela se movimente, a despeito da banca, e isto é de conhecimento dos servidores. Então, para  
113 onde ela decidir querer ir, a idéia é fazer uma permuta com este local que ela vai, para que se receba um  
114 novo parafissional para o CAIS. Além disso, estamos em tratativas para uma nova coordenação do local,  
115 que é uma psicóloga, que vai assumir a coordenação. Com relação às reformas, estamos tentando fazê-las,  
116 sem interferir no atendimento. Hoje procedemos a uma avaliação técnica da possibilidade de maneira  
117 nenhuma fechar o serviço. Caso tenhamos que fechar o serviço, o que não queremos, teremos que,  
118 provisoriamente, atender em outro local. Então, sobre a reforma não ter iniciado, é que estamos tentando  
119 buscar uma alternativa para não fechar o serviço. Seguindo, manifesta-se uma usuária do CAPS Centro, de  
120 nome SANDRA. Dizendo que hoje, participando de uma reunião, estavam com pingos d’água caindo sobre  
121 eles, pois apesar de não ter chovido, havia água acumulada no telhado e que está se infiltrando para dentro  
122 do local de reuniões e na parte de cima, corre-se o risco de cair o teto sobre a cabeça. Se fecharem para  
123 reforma não se sabe onde irão atender e no momento somente há um psiquiatra. Continuando, nos informes  
124 manifesta-se o Senhor JADER, que diz já ter estado aqui por duas vezes, falando sobre o Hospital Materno  
125 Infantil Presidente Vargas. Na reunião de 24 de maio, havia dito, em tom de brincadeira, que deveríamos  
126 fazer um minuto de silêncio pois a saúde em Porto Alegre havia morrido. Pelo que se está vendo aqui, ela  
127 realmente vai mal. Acho, Secretário, que o Senhor vai ter muito trabalho para arrumar a saúde de Porto  
128 Alegre. Historicamente um político não é um bom administrador. Nem um político e nem um técnico, pois  
129 tivemos um técnico na Secretaria da Saúde que não funcionou. Agora temos um político, que também é  
130 técnico. O que precisamos é de um administrador. Aliás, em todos os cargos de origem política, podem  
131 notar que nada funciona. Se não tiver um administrador, não vai funcionar. Não adianta trocarmos A por B  
132 ou 6 por meia dúzia, que não irá funcionar. Estive no EMAT e vi que está tudo organizado. Assumi o  
133 novo Secretário e no outro dia já havia outra pessoa. Queria fazer uma pergunta à presidente do Conselho.  
134 Na reunião do dia 24 solicitei que a Comissão de Fiscalização fosse ao Hospital Presidente Vargas. A  
135 Comissão foi lá? Não foi. O Dr. CASARTELLI esteve no Conselho dizendo alguma coisa? Também  
136 não. O Conselho tomou alguma atitude? Não tomou também. Veja, Secretário, como está a saúde. E para o  
137 Senhor ver o porque disso, é que no dia 15 de fevereiro nasceu a minha neta neste hospital e devido à  
138 imunidade daquele hospital, no dia 18 ela morreu de infecção hospitalar. O Dr. CASARTELLI, na sua  
139 defesa, debochou, ironizou, dizendo que o calçado que o cidadão usava para distribuir a comida das mães  
140 não era sapato, era tênis. Eu disse aqui na reunião, que o calçado estava sujo e que trazia infecção para  
141 dentro do hospital. Ele, ironicamente, desviou o assunto. Ou seja, para ele o mais importante era o tênis e  
142 não a sujeira que ele trazia. Outra coisa que gostaria que o Conselho chamasse a atenção, também da  
143 Secretaria é que os senhores vejam, isto aqui é uma receita(mostra o documento). Vejam como são feitas as  
144 entregas nos postos de saúde. Que fosse informatizado isto. O cidadão, quando fosse retirar o seu  
145 medicamento, está lá com seu nome gravado, retira o medicamento e vai embora. Como é feito na farmácia  
146 do estado, onde o cidadão recebe um boleto, que assina, fica com uma parte e no mês seguinte retira  
147 novamente. Nos posto deveríamos fazer isso. Sai do EMAT o medicamento e vai para os Postos, onde o  
148 descontrola é total. Não se sabe o que foi entregue para a população. Qual é a formula que se controla os  
149 Postos de Saúde na entrega do medicamento, Secretário? O Senhor não sabe. Estas são as perguntas que  
150 faço, pois isto aqui é um deboche. Vejam quantos carimbos tem esta receita minha, do Instituto de  
151 Cardiologia. Que é outro assunto que o Conselho precisa ver pois só estão marcando consultas a partir de  
152 novembro. Não era assim. Saía do consultório médico ia ao guichê marcava a consulta e os exames. Hoje,  
153 às vezes, levamos 2 anos para fazer um exame. Manifesta-se o Secretário, Dr. ELISEU SANTOS,  
154 lamentando primeiramente o que aconteceu com o Senhor JADER no hospital, em relação à sua neta. Eu  
155 quando disse aqui que eu acho que nós estamos perdendo, não vim fazer discurso demagógico. Eu sou um  
156 homem inteligente e sei que nós temos dificuldades, e na minha visão nós estamos perdendo. Foi feita uma  
157 licitação para a informatização da Secretaria, por gente especializada. E esta licitação foi deserta. Segunda  
158 feira está marcado meu vôo para São Paulo, onde vamos ter uma reunião com a Secretaria da Saúde de São  
159 Paulo, com o próprio Ministério da Saúde e é urgente a informatização. O Senhor tem toda a razão. O que o

160 Senhor mostrou ai, eu que sou médico há 32 anos acho que até é feio. Quando eu digo que nós estamos  
161 conhecendo a fundo as nossas deficiências, estamos sim. E eu estou aqui para me dedicar e tentar mudar e  
162 tenho convicção que muitas coisas vou mudar. Quero que vocês tenham um canal aberto para vocês  
163 falarem comigo. É triste o que eu tenho observado de situações aí. Mas nós não estamos fugindo da  
164 responsabilidade. E pasmem os senhores, no verão, isso nós mudamos, e tiramos os medicamentos de lá,  
165 onde a temperatura era alta (refere-se o Secretário à EMAT). Já corrigimos isso e não podemos fazer as  
166 mudanças, que não são de um ano nem de dois. Os problemas são sérios e estou aqui, olhando para vocês,  
167 não para dizer que sou um mágico. Eu preciso de uma ajuda. Como esta do Senhor JADER. Temos que  
168 informatizar com urgência a Secretaria da Saúde. Demorou? Demorou. Eu fui um dos que cobrou muito  
169 isso. Agora peguei para mim esta situação. Obrigado. Fala a conselheira ZILDA, solicitando a atenção dos  
170 representantes da Secretaria para o que falará. Estive participando da reunião, assembléia na Lomba do  
171 Pinheiro. Estava lá a Dra. CRISTIANE, Gerente Distrital da Lomba-Partenon, que após saiu. Nas falas as  
172 pessoas se sentiam muito desamparadas. Mas duas falas me chamaram a atenção. Um foi o relato de uma  
173 paciente que passou por seis serviços de saúde e nos seis foram-lhe solicitados os mesmos exames. E  
174 quando dizia que já tinha o exame, lhe diziam para fazer novamente. No último serviço que ela chegou,  
175 faleceu. Ela não foi olhada por um médico. Somente lhe diziam para fazer exames. Isto foi relatado, mas  
176 estou pedindo por escrito. Não quero entrar mais em detalhes, mas me chamou a atenção esta questão.  
177 Outro fato foi o relato de uma médica que disse estar sofrendo um processo de assédio moral. O problema  
178 era sobre o tempo de atendimento. A equipe dela não a estava apoiando porque ela tinha de atender os  
179 pacientes em 7 minutos. Ela assim não conseguia atender, pois o fazia de forma mais lenta. A partir desta  
180 questão foi pressionada, que solicitou licença e não voltou a trabalhar. Adoeceu. O que chamou a atenção é  
181 que lá tem o convênio com a PUC. Como a PUC é um serviço privado, provavelmente, como é Pronto  
182 Atendimento, a exigência deve ser maior. Então, acho que a gente quer quantidade e qualidade de  
183 atendimento. É uma coisa que vou acompanhar, enquanto Conselho. Mas trago como informe. Seguindo  
184 manifesta-se a Conselheira SANDRA PERIN. Diz que pensa ser de conhecimento de muitos que estamos  
185 com uma crise bastante grande num equipamento super importante que é o Ambulatório da Dermatologia  
186 Sanitária do Estado, que tratam pessoas que vivem com AIDS. Talvez alguns perguntem porque o  
187 Ambulatório no Conselho Municipal de Saúde? Mas muitos sabem. E para o Secretário que está chegando,  
188 primeiro uma retificação pois coloquei na sua boca algo que o Senhor não fez. A gente fez uma  
189 manifestação no Ambulatório na sexta feira, contra o fechamento do CTA, em função de várias coisas e a  
190 jornalista, inadvertidamente, disse que o Senhor tinha determinado que o CTA abrisse, mas quem tem de  
191 fazer isso é o Estado. Hoje parece que o Correio do Povo retificou esta informação. Esta é uma questão  
192 muito delicada para nós, porque com a municipalização da saúde, este equipamento já deveria ter sido  
193 municipalizado, como também o Murialdo. Para as pessoas que vivem com AIDS e do movimento AIDS,  
194 se este equipamento ficar para o estado ou para o município, talvez não seja a questão primeira, mas o  
195 importante é que este equipamento tenha uma boa qualidade de atendimento. Como pano de fundo nesta  
196 situação, o que está acontecendo? Como tem de ser municipalizado, à medida que funcionários vão saindo  
197 por alguma razão, o estado não tem interesse em colocar outros funcionários porque este equipamento tem  
198 de vir para a mão do município. Em não fazendo isso, ao longo dos anos, a ADS, que foi referência no  
199 Brasil, em atendimento, passou a ter uma qualidade em atendimento muito ruim. Então, qual é o nosso  
200 pedido para o Senhor que está chegando, e que também foi feito para o Dr. PEDRO GUS, quando chegou e  
201 a administração atual não está conseguindo, ou dar a devida atenção ou resolver todo o dilema que é  
202 resolver uma coisa difícil com o estado? O que nos parece, que os dois gestores, estado e município, não  
203 conseguem sentar e achar um acordo para resolver esta questão. É uma pena que Porto alegre está perdendo  
204 algo tão importante e o que se ouve, tanto dentro do equipamento, quanto fora, é por questões do prédio,  
205 que o estado não quer se desfazer, corre-se o risco de não termos mais um equipamento tão importante que  
206 atende 3.600 pessoas vivendo com AIDS, inclusive a região metropolitana. Fala a seguir o Conselheiro  
207 PAULO STÖLBEN, que também coordena a Comissão de Fiscalização. Informo que no dia 9 de julho  
208 tivemos uma audiência no Ministério Público, com a Dra. ANGELA, que hoje está aqui presente, onde  
209 tratamos sobre o Programa de Reabilitação, para Porto alegre. Foi encaminhada uma Ação Civil Pública,  
210 para esta questão da Reabilitação. Espero que para a Saúde Mental, juntamente com todos os outros  
211 encaminhamentos que aqui passaram, sejam encaminhados para o Ministério Público. Espero que o  
212 Secretário ELISEU, que está chegando, venha modificar algum destes encaminhamentos. E dirigindo-se ao

213 Senhor JADER, diz que o caso por ele descrito não foi recebido pela Comissão de Fiscalização. Quero  
214 lembrar que estivemos fazendo uma fiscalização na Casa Harmonia, que é um CAPS-I, referência da Rede.  
215 Fazem 8 meses que foi entregue. Prédio novo e está caindo aos pedaços. Chove lá dentro. Existem  
216 rachaduras. Tenho pena daqueles profissionais que lá trabalham. Peço a atenção do Secretário, pois quando  
217 solicitamos que o arquiteto OSCAR desse uma olhada na Casa Harmonia, no telhado do Santa Marta, que  
218 até hoje não resolveram, ele disse que não tem tempo. Outra coisa que quero colocar é em relação ao  
219 Convênio da ULBRA, no IAPI. Todas as plenárias estarei cobrando aqui esta questão. Até hoje não houve  
220 a apresentação do Relatório Trimestral da ULBRA. Sobre a renovação do Convênio, não sabemos como  
221 está. Temos também a pendência do Convênio da Dermatologia, no Santa Marta, que também nunca foi  
222 assinado. E o Centro de Especialidades Odontológicas, da ULBRA. Lanço aqui um convite a todos vocês,  
223 que estamos ampliando a Comissão de Fiscalização, para melhor atender nossos usuários. Segunda feira,  
224 dia 23, as 18:30 hs temos a reunião da Comissão e deixamos o convite para participarem da mesma.  
225 Seguindo fala o Conselheiro PAULO representante da região noroeste, que inicialmente saúda o novo  
226 Secretário e dizendo que repetirá o que o PAULO STÖLBEN falou. Em fevereiro, no dia 3, sentamos,  
227 representantes do Conselho, do Gestor e da ULBRA, para discutir o novo Convênio. Faz quatro meses que  
228 ficou pronto e foi para o jurídico da Secretaria e até hoje não voltou para o Conselho, para ser votado.  
229 Então, porque isso e em que condições a ULBRA está trabalhando no IAPI, se não houve renovação do  
230 Convênio? Muito obrigado. Seguindo, manifesta-se o Conselheiro ALBERTO TERRES, que se identifica  
231 como sendo representante do Sindicato dos Municipários e dá, primeiramente, ao Secretário, as boas vindas  
232 e também, bem vindo ao Controle Social. Aqui é exatamente uma caixa de ressonância que acontece o  
233 tempo todo, com cobrança e mais cobrança, que é o papel do Controle Social. Quero lhe dizer que não  
234 basta solicitar a ajuda de Deus. Precisa de Deus, dos Orixás, de todos os santos, possíveis e necessários,  
235 para que se possa resolver o problema da saúde em Porto Alegre. E o senhor tem dito que tem ido em  
236 algumas Unidades, em suas entrevistas e que vai dar atenção à Assistência Básica. Aí queria dizer ao  
237 Secretário que não basta somente ir lá para ver os problemas, mas temos também que ter políticas e é isso  
238 que infelizmente nós não estamos tendo. E quando o senhor diz que nós estamos perdendo, sim a população  
239 está perdendo, e muito, nos últimos anos. É PACS fechado, é falta de funcionários, existem mil problemas.  
240 E infelizmente o Secretário que saiu não tinha uma política de saúde ou então não tinha uma força política,  
241 pelo menos para que pudessem, as reclamações feitas aqui do Conselho Municipal, se transformado num  
242 eco positivo para a comunidade. E dentro de meu informe convido a todos para participarem de um  
243 seminário, no dia 17 de agosto, promovido pelo Conselho Municipal de Saúde e Câmara de Vereadores,  
244 sobe Insegurança nas Unidades de Saúde, que é um problema sério e que até hoje, não tivemos nenhuma  
245 solução. E esta situação trazida pelas colegas do CAPS são problemas sérios, que temos que tirar  
246 encaminhamento, apesar de ter sido trazido como informe. Sugiro que a mesa aponte um encaminhamento,  
247 ou para uma próxima reunião, ou que o Secretário possa se manifestar, para que possamos resolver de uma  
248 maneira o mais breve possível e que não ficamos como a Dra. LIZIA disse, que estamos tentando resolver  
249 as coisas. Tentando estamos há muito tempo e infelizmente nada tem acontecido nos últimos tempos. E  
250 queremos cobrar aqui, recursos humanos. Foi dito para nós, para o Sindicato e para esta Plenária, de que  
251 haveria Concurso Público, pois sem retorno disso e sem recursos humanos não poderemos dar um  
252 atendimento melhor à população. Temos que ter política mesmo. Obrigado. Encaminha a palavra a  
253 Coordenadora ZILDA para a senhora MARIA APARECIDA, usuária da Unidade Calábria e que diz  
254 pertencer ao Conselho Local de Saúde, pois há poucos dias foi eleita. Estou voltando à ativa, pois já  
255 participava do Orçamento Participativo. Tive que me afastar em função dos filhos. Tenho um filho, com 16  
256 anos hoje, que é um bebê, de 16 anos. Não caminha, não fala, usa fraldas. Mas não deixei de ter este amor  
257 de participar das coisas. Até 2001 ia para a reunião com as duas crianças e depois tive de parar pois estava  
258 prejudicando meu filho. Algumas coisas que tem acontecido na saúde, eu briguei lá atrás, quando o  
259 ARCANJO (seu filho), teve falta de atendimento. E não foi pelo SUS. Mas o que aconteceu com o  
260 ARCANJO, acontece com crianças não só nos SUS, ou por Hospitais do SUS. Uma coisa óbvia.  
261 Prematuro. 31 semanas. Tinha que ter ido em seguida para o oxigênio. Foi duas horas depois do nascimento.  
262 Senhor JADER, a sua neta poderia não ter morrido, mas poderia ser uma criança como meu filho. Por isso,  
263 naquela época critiquei, briguei, bati pé, desde que meu filho nasceu. Porque há muitas crianças que não  
264 acontecem por questões éticas, mas acontecem por produção de pessoas deficientes. Isso tem de mudar.  
265 Briguei naquela época e tenho condições de brigar agora. A minha filha de 10 anos, briga parelho comigo.

266 Eu não uso quase o Posto de Saúde Calábria, porque tenho Plano de Saúde. É o que eu mantenho. Não  
267 trabalho. Não tenho condições de trabalhar, em função do ARCANJO. Faço artesanato, vendo Avon. Mas  
268 o meu filho tem direito ao Sistema de Saúde. Porque é descontado. Mas se fosse esperar pelo SUS, meu  
269 filho teria morrido várias vezes. Sempre quando ele foi pelo Plano de Saúde eu verifiquei como estavam os  
270 Hospitais. E quando o Betinho lançou a CPMF dei graças a Deus, pois era para a Saúde. Até hoje ninguém  
271 sabe responder onde está a CPMF, que era para a saúde pública. Estamos brigando por uma coisa que não  
272 havia necessidade. E se não tomarmos uma posição, vamos continuar batendo pernas, de um ano para o  
273 outro, gastando todo nosso dinheiro e não tendo resultado. Vim aqui para falar que precisamos mais um  
274 pediatra na US Calábria, de mais medicações, e não é somente lá. Em todas as Unidades tem faltado  
275 medicação. Espero que o senhor vá realmente a todos os Postos de Saúde, como vi na televisão e olhe todos  
276 com muito carinho. E na Zona Sul nós temos problemas sérios. Na Zona Sul não tem fisioterapia para  
277 adultos, como temos na CEREPAL, na Zona Norte. O Vila Nova está entrando em crise novamente. Fala,  
278 na seqüência dos informes a Senhora SILVIA GIULIANI, que está representando a Comissão de Saúde  
279 Mental. Diz, primeiramente esclarecer, que na reunião de terça feira, solicitamos um ponto de pauta, em  
280 que seria discutida a questão do CAIS e a situação da Rede Especializada em Saúde Mental. Infelizmente  
281 deve ter havido algum erro de comunicação e por isso a gente pede desculpas e sinaliza que existem hoje,  
282 aqui na reunião, um número significativo de usuários e familiares, que vieram acompanhar este debate. O  
283 importante é que possamos estar dizendo que tivemos problemas porque a idéia era estar trazendo  
284 rapidamente esta situação difícil e grave que está posta no CAIS 8 e que nós temos que nos posicionar.  
285 Com relação a isto, trago os encaminhamentos tirados em nossa reunião, no dia 17, e reforço dizendo que,  
286 a partir do relato do gestor, existe um tempo da vida. A gente quer que seja observado o tempo da vida. O  
287 tempo dos trâmites tem dois psiquiatras, o tempo da vida tem um psiquiatra. Então, isso modifica  
288 completamente o atendimento. Os encaminhamentos que tiramos na terça feira são: definir imediatamente a  
289 coordenação do serviço que está sem coordenador desde 01 de julho e já sinalizou a possibilidade de  
290 alternativas internas. Encaminhar, efetivamente, a curto prazo, um plano de ação para executar as reformas  
291 de infra estrutura, que é por conta do proprietário, adequando a manutenção do atendimento realizado. A  
292 equipe tem uma proposta para isso. Recuperar o quadro de RH, a partir das informações dadas pela Equipe  
293 de Serviço, dando conta da demanda atendida. Então, não se trata de um quadro mínimo, se o que temos de  
294 relato é de que atende casos de demanda de alta complexidade. E por fim, a gente quer solicitar uma pauta  
295 na Plenária do dia 2 de agosto, Saúde Mental, pois a gente deve estar monitorando os encaminhamentos que  
296 forem garantidos até o final desta Plenária. Seguindo, manifesta-se a Conselheira REJANE, da Eixo  
297 Baltazar. Lembra, como o Senhor JADER falou, que algumas coisas que tem sido tratadas na Plenária, têm  
298 sido esquecidas. Algumas coisas a gente não tem cobrado. Existem diversos assuntos em que peguei nas  
299 últimas atas, 15 e 16, que fiz um breve levantamento, porque tenho o costume de lê-las. Na Ata 16, na  
300 linha 396, tem um encaminhamento de repúdio ao CREMRS. Gostaria de saber se foi encaminhado? Na  
301 linha 401, a moção para a Conferência Municipal de Saúde. Se foram todas enviadas aos jornais, conforme  
302 solicitado na Ata. Na linha 408, o CREMERS também recebeu uma cópia. Reafirmando o que o senhor  
303 PAULO já falou e diversas coisas que a gente tem relatado. O Convênio com a ULBRA. O Convênio com o  
304 GHC. A apresentação do diagnóstico dos Recursos da (Municipalização Solidária?), que também não foi  
305 apresentado e a gente não tem resposta, em função até das datas. Referente a matéria do SIMERS, que a  
306 ZILDA relatou na nossa Plenária, acho que deve ter um lembrete que deve constar como anexo na ata,  
307 uma cópia deste documento em que ela citou. A maioria dos Conselheiros não tinha conhecimento do que  
308 ela estava falando, então tem que constar, nela, como um anexo. Referente ao Seminário, citado, de 16, 17  
309 e 18 de agosto, em São Leopoldo, gostaríamos de saber se há algum informe sobre o mesmo. Qual é o  
310 público alvo? Na linha 136 começa um assunto que ocorreu uma reunião na UFRGS, no dia 28 de junho. E  
311 eu gostaria de saber também sobre a questão das cotas raciais, como ficou, se veio cópia desta ata para o  
312 Conselho Municipal. Se o Conselho teve alguém que participou. É importante que nós conselheiros  
313 fiquemos sabendo o que está acontecendo, pois se nós levantamos um assunto em uma plenária, deve vir o  
314 retorno. Sim ou não, ou conseguimos. É importante que a gente busque a resposta, senão cai no  
315 esquecimento. É o caso do Senhor JADER, que trouxe o caso em fevereiro e ele vem novamente aqui,  
316 agora em julho e não tem uma resposta. E a culpa é nossa, lamentavelmente, porque não cobramos. Tem-se  
317 que ajudar a Coordenação. Tem de ajudar. E uma ajuda que podemos dar é de lembrá-los, de que houve  
318 uma solicitação e conseguiram ou não encaminhá-la. Na ata 15 a Professora HELENITA se comprometeu

319 perante a Plenária de apresentar em 15 dias um Cronograma sobre a Saúde Mental. Isto foi em 15 de junho  
320 e estamos no final de julho. Na linha 248. A DENISE, também está aqui? Colocou à disposição o Instrutivo  
321 para que nós possamos conhecer melhor. Foi encaminhado para o Conselho também? Responde-lhe a  
322 DENISE, que não somente veio como também foram feitos dois dias de discussão do mesmo e o resultado  
323 do Parecer da SETEC será apresentado hoje. Na linha 239, sobre o Projeto QUALISUS, que chegou em  
324 Porto Alegre em 2004, diz que haviam recursos para compra de equipamentos para o PAM 3. Pergunto se  
325 podemos saber se os recursos foram utilizados ou não? Tanto que não foram, que no fechamento do PAM 3,  
326 existiam 200 mil reais à disposição, em dezembro de 2006. Isto temos que buscar. Manifesta-se a seguir a  
327 Conselheira ELISABETE FREITAS, pelo Distrito Glória-Cruzeiro-Cristal. Também do Conselho Gestor  
328 do PACS. Diz que o dinheiro por nós conseguido, não foi gasto por nós. E a reforma que foi feita, aliás,  
329 uma pequena reforma, foi feita com doações e com material doado por outras Secretarias, num grande  
330 esforço, entre elas. Se conseguirem gastar, do dinheiro nosso, do município, 10 mil reais, quero que me  
331 mostrem as notas. Agora, isto foi usado para fechar o PAM 3, que atende de 600 a 700 pessoas, por dia.  
332 Deixou toda a nossa região sem atendimento. Foi usada para fechar a nossa emergência psiquiátrica. E  
333 gostaria de responder ao Senhor Secretário. O político sempre passa e nós “passarinho”, para honrar o nosso  
334 poeta. Nós sempre estivemos, mesmo antes de ser oficial este Conselho, aqui, dispostos, para participar e  
335 ajudar a construir uma qualidade de saúde no município. Muito brigamos, muitas coisas construímos, na  
336 nossa região Sul. Conquistamos tudo com briga. Senhor Secretário o senhor vai ter sempre parceiros para  
337 construir, na saúde. Gostaria de fazer uma pequena correção no seu discurso. Nós não queremos somente  
338 atendimento médico. Queremos políticas de saúde. Equipes multiprofissionais. Queremos ser olhados como  
339 um todo. Como gente. Como cidadãos, que somos e pagadores de nossos impostos. Não pagamos somente  
340 CPMF. Pagamos 45% de tudo o que gastamos, para estes governos que aí passam. As verbas, não que não  
341 tenham. Tem. Elas vêm e voltam. O que falta é boa vontade política de fazer projetos. E aí dizia o Secretário  
342 que passou, que não tinham engenheiros dentro de Porto Alegre, para fazer Projetos. Puxa no computador  
343 quantos engenheiros nós, cidadãos de Porto Alegre, pagamos. O que eles fazem? Onde estão? Então, o que  
344 falta para nós é nos unirmos e realmente conquistarmos, nos apropriarmos e fazer as coisa funcionarem.  
345 Porque o Estado não nos manda o que nos deve? O que podemos fazer em conjunto, para que isto aconteça?  
346 Fala a seguir a MARTA, Conselheira representante da Eixo Baltazar. Traz a sugestão de que no Conselho  
347 Estadual, as Comissões têm os seus espaços de fala. Eu fiquei muito constrangida quando a SILVIA, há  
348 pouco, quis falar e foi impedida. Acho que devíamos ter um espaço para as Comissões, que são um braço  
349 deste Conselho. Foram criadas para subsidiar o Conselho, para discussões serem aprofundadas. É preciso  
350 que nós, enquanto Conselheiros tomemos conhecimento do que está acontecendo nas outras Comissões.  
351 Outro ponto, é de minha preocupação com o CAIS Mental Centro. Já foi um dos serviços pioneiros em  
352 saúde mental. O RS e Porto Alegre, tem a fama de serem precursores na Saúde Mental e no serviço  
353 substitutivo. Se um serviço diminui a sua capacidade, com certeza o nosso Pronto Atendimento, vai ter  
354 dificuldades, novamente, para funcionar. Não podemos permitir que todos os serviços que a gente tem  
355 sejam diminuídos em recursos humanos e corram o risco de serem fechados. Manifesta-se o conselheiro  
356 NAURO, do SIMERS. Que inicialmente dá as boas vindas ao novo Secretário e dizer-lhe que tem muito  
357 trabalho para ser feito. A dificuldade que a gente tem com medicamentos, com infra-estrutura, com recursos  
358 humanos, é grande. Tem que olhar com carinho e sair daquele verbo “doando, pensando, fazendo, tentando”  
359 e ir para o presente e para o passado. Eu faço, eu fiz. Acho que é isso aí. Mas queria referir-me às duas  
360 histórias que a ZILDA falou. Se nós temos um paciente que passa por 6 consultas e morre na sexta, é uma  
361 história que não fecha. A primeira coisa que penso é de que médicos são estes? Me preocupo, contada deste  
362 jeito. Então, foram os médicos, foi a estrutura, o fluxo, a organização do serviço, o que aconteceu? Isto é  
363 caso de polícia. É caso de investigar quem são os culpados. Eu que sou médico, me pergunto: que médicos  
364 são estes? Precisamos saber exatamente o que aconteceu. Outra coisa que me preocupa é quando fala de um  
365 colega meu, também, que está sofrendo assédio, porque querem que ele atenda em 7 minutos no Pronto  
366 Atendimento. Posso contar a história inversa de que eu já ouvi, e não vou dar nome, pois temos que  
367 especificar, senão fica muito vago, isso. Chegou num Pronto Atendimento meu colega que disse que ia  
368 atender um por hora. Quem trabalha em Pronto Atendimento sabe que não pode atender um por hora. Se há  
369 agendamento, atender 4, encaixar uma emergência, nesta hora, que dá 5, que é bem tolerável. Uma consulta  
370 pode demorar o tempo que for necessário, mas não é a realidade do dia-a-dia do atendimento. Uma criança  
371 com febre alta e está com amidalite, que é visto rapidamente pelo Pediatra, é uma consulta rápida e

372 resolvida. Então, ZILDA, têm que ter cuidado com estas histórias, pois eu quero defender os bons médicos.  
373 E sabemos que em todas as profissões, e não é somente na médica, em qualquer profissão, podem ter os  
374 bons e os maus. Fala a Coordenadora ZILDA que diz que após a última reunião do Conselho Distrital do  
375 Partenon, foi encaminhado um pedido à Promotoria de abertura do Terceiro turno do Murialdo. Pela quarta  
376 vez o Secretário Estadual da Saúde, cancelou a reunião. Quero convidar a SILVIA para que da Comissão  
377 da Saúde Mental esteja representada na reunião de Núcleo na próxima semana, que será na terça feira e  
378 não como é de praxe, nas quartas feiras. Para a REJANE, que perguntou sobre o Seminário de São  
379 Leopoldo, estão disponíveis na Secretaria as informações. Fala a Professora HELENITA, Coordenadora da  
380 Rede de Atenção Básica, que, referindo-se à sua participação na reunião ocorrida aqui, sobre a Saúde  
381 Mental, me comprometi especificamente com duas coisas. Uma é a de apresentar um informe a cada  
382 reunião e outra, a partir daquele momento, a participação efetiva da Política de Saúde Mental, na comissão  
383 de Saúde Mental. Isso, efetivamente tem acontecido. Apresentamos na terça feira passada um cronograma e  
384 um Plano de Expansão da Saúde Mental, que está aqui, que estou passando ao Conselho, agora. Quero dizer  
385 que já foi apresentado à Comissão de Saúde Mental e já tem um Parecer provisório e que a gente solicitou  
386 para a Coordenadora ZILDA, que ele passe pelo conselho, para podermos andar. Sem passar antes aqui,  
387 não podemos dar andamento. E na terça-feira então, está previsto passar na reunião do Núcleo de  
388 Coordenação, para então, quem sabe, vir para a Plenária. Manifesta-se a Senhora Promotora ANGELA  
389 ROTUNNO, do Ministério Público Estadual, que deseja, inicialmente, uma boa sorte ao Senhor Secretário,  
390 neste desafio. Seguindo, diz que o Ministério Público agora está necessitando da colaboração do Controle  
391 Social. Passo às mãos da Coordenadora ZILDA, de forma pública, algumas cópias e também meio  
392 digital, para que sejam passadas a todos os Conselheiros, principalmente Locais e Distritais, da  
393 Recomendação que o Ministério Público fez à Prefeitura Municipal no que diz respeito ao cumprimento da  
394 carga horária de todos os servidores do município de Porto Alegre. Precisamos que todos conheçam esta  
395 recomendação e que nos ajudem, por favor, a fiscalizá-la. Se não nos ajudarem, não teremos condições de  
396 fazê-la cumprir. Obrigado. Fala o Secretário da Saúde, Dr. ELISEU SANTOS. Inicia agradecendo ao  
397 Ministério Público, por uma medida como esta, que eu, que já fui vereador e deputado por 3 mandatos,  
398 sempre marquei cartão ponto no Grupo Hospitalar Conceição. Botava meu dedo na máquina, que era um  
399 cartão ponto digital. Temos colegas vereadores, que trabalham no GHC, que colocam o dedo lá. Cumpre  
400 horário. Colocar o dedo e passar o cartão, na minha concepção, não dá câncer. Acho que temos que  
401 trabalhar com muita seriedade. Estou recebendo aqui de que 21% da CPMF vai para o Fome Zero e 21% vai  
402 para o déficit da previdência. O material está a disposição com o Dr. JAMES. Eu vim aqui hoje, para  
403 buscar a parceria de vocês. O Dr. NAURO disse que falta medicamentos. Tudo isso eu sei. Também faltam  
404 muitas coisas na relação médico-paciente. Eu sou médico. Conheço. Sobre a Dermatologia do Estado. O  
405 Estado falou que passará para nós. Ele somente quer passar. E os recursos, eu vou ter de tirar de algum  
406 lugar. Isto tem de ser muito bem estudado. O Murialdo, eles também querem passar, mas de graça. E não  
407 posso tirar dinheiro dos Programas. Então, em tudo isso, quero que vocês sejam meus parceiros. Que coisa  
408 boa a democracia. Estava aqui olhando, entrei para a Faculdade de Medicina em 1968 e paguei na pele, esta  
409 democracia que temos hoje. Tem muita gente que hoje fala em democracia, mas que naquela época era  
410 mais novo ou tinha a mesma idade, estava escondido embaixo da cama enquanto a gente estava preso.  
411 Graça a Deus que estamos em um regime democrático e num regime democrático cada um invoca o que  
412 quer. Eu invoco a Deus por que creio em Deus. Existe liberdade religiosa no meu país. Cada um pode  
413 invocar o que quiser. Eu sempre vou invocar a Deus, para responder à sua pergunta(referindo-se ao  
414 Conselheiro ALBERTO TERRES). Sobre a Fisioterapia, sou Traumatologista. Acho importantíssimo.  
415 Estaria negando o que a ciência médica manda pregar. Vamos conversar. Está aqui a equipe toda escutando.  
416 Mas não temos dinheiro. É muito fácil. Credenciamos uma Clínica de Fisioterapia, como tinha muitas, há  
417 muitos anos. Quem é do ramo sabe. Eles faturam e a gente paga. Para nós é muito fácil, é só termos  
418 recurso. Vocês vão me ajudar nisso. Ajudar com o Governo do Estado. Eu não tenho nenhum problema com  
419 a Governadora. Ela é minha amiga. Pessoa querida. Maravilhosa. Mas o Estado me deve mais de 20  
420 milhões. Isto é do conhecimento de todos. Não deve somente para min. Para outros municípios do interior.  
421 Os Hospitais estão fechando,. O pessoal vem para Porto Alegre de ônibus. Não dá para botar uma placa  
422 para que não venham. A Constituição dá liberdade a eles. Vamos sentar e discutir. O Santa Marta está  
423 caindo aos pedaços. Não é de agora, um ano e meio ou dois. É um prédio antigo, do tempo do INPS. Temos  
424 que recuperar. Têm assuntos que temos que começar. Agora, o que me preocupou muito, que eu ouvi aqui, é

425 este atendimento da Saúde Mental. O proprietário do prédio quer fazer reforma, quer dar de graças para nós.  
426 Tem que dar um jeito de fazer isto. Isso aí não é de uma inteligência brilhante. “ Este homem é um gênio”.  
427 É uma coisa natural. Se o dono quer fazer uma reforma, para mim, de graça, eu só tenho que dar condições  
428 para ele fazer. É este tipo de diálogo, de cara limpa, aberto, que quero fazer com vocês. Não sei tudo não.  
429 Não posso estar em todo lugar. Vocês vão ser meus parceiros. Estou aqui como amigo. Se tiver que  
430 enfrentar inimigo, enfrento. Estou aqui como amigo. Já entreguei meu cartão ao senhor da neta(Senhor  
431 JADER), pedindo para me procurar. Vamos conversar. Passou por uma experiência ruim. Falaram-me  
432 muito mal desta reunião, aqui. É verdade. Não é para conversarmos com sinceridade, ou é para vir fazer  
433 média e dar discurso político? Disseram-me que “lá tem um cara que é mal educado, grosso, que o Dr.  
434 PEDRO até convidou ele para sair para a rua”. Contaram-me. Eu sou igual a vocês. Sou filho de um  
435 guarda noturno, que trabalhava na Copagra. Vocês estão pedindo os direitos de vocês. Não vi nenhum mal  
436 educado. Têm algumas pessoas que, na emoção, às vezes pensam que vão aparecer, vou fazer. Vocês têm  
437 todo o direito. Eu quero ser parceiro. Eu só tenho de pedir ajuda para vocês em relação a busca dos  
438 recursos. Tenho um Teto em Porto Alegre. Vou brigar para aumentar meu teto. Não consigo fabricar  
439 dinheiro. Eu vim da classe operária. Cheguei na UFRGS porque foi Deus que me ajudou. Eu acredito nele.  
440 Sou igual a vocês, me identifico com vocês. Quero conversar. A senhora está prestando um trabalho  
441 (referindo-se à Dra. ANGELA ROTUNNO) e hoje eu disse diante de uns médicos do HPS e da Associação  
442 dos Funcionários do HPS, que eu tenho orgulho do Ministério Público do meu país, que é um órgão sério,  
443 que cumpre o que se propõe a fazer. A Senhora está ajudando a salvar vidas. Vejo que temos que  
444 moralizar algumas coisas. Se o “fulano “ ganha pouco. É outro assunto. Eu estou aqui de peito aberto, para  
445 ter diálogo com os médicos, meus colegas. Não quero ser inimigo de vocês e nem de ninguém, mas quero  
446 sentar e ter o diálogo, para que o povo seja bem atendido. Quando digo bem atendido, é dentro de  
447 Programas. Nós aplicamos 19% da receita corrente líquida, no ano passado, em Saúde. Ninguém é louco  
448 para falsificar um negócio destes. Aí vai lá o Ministério Público e bota os caras na cadeia, pois hoje não  
449 estão dando moleza. O Estado tinha que aplicar 12%. Mas eu não vou me meter com o Estado. É uma  
450 briga. Eu preciso disso. Vocês me ajudem. Temos que ter uma parceria. Não sou inimigo de vocês. E nem  
451 vocês vão ser meus inimigos. Conheço gente aqui que foram meus pacientes. Pessoas sérias que estão aqui.  
452 Podiam estar em casa. Se está aqui é porque sonha. Tem sonhos. O que tu falaste é verdade. Uma demora  
453 num parto. Uma falta de oxigênio, dá um AVC, uma paralisia cerebral, que condena a pessoa para a vida  
454 inteira. Então, a coisa que a gente pensa que é simples, vai levar o sofrimento para a família por uns 30 anos  
455 em tristeza. Concurso Público. Hoje me sentei com a Associação dos Funcionários do Hospital de Pronto  
456 Socorro, com a Secretária SÔNIA VAZ PINTO, aqui, no Gabinete. Perguntei a ela como estão os  
457 concursos. Ela me disse que vão sair. Deu uma lista dos cargos que deverão sair concurso. Eu cobrei que  
458 temos que acelerar. Porque eu seria contra Concurso Público? Gostaria de fazer um concurso e contratar  
459 500 pessoas. Prestem atenção no que vou falar. Gostaria de construir uns 20 Postos. Tudo é limitado. Mas  
460 eu achei uma maneira de economizar 6 milhões de reais. Tem um doutor aqui que disse que não posso  
461 fazer. Prestem atenção e quem sabe vocês vão me ajudar. Um Agente Comunitário, e nós temos 84 Postos  
462 de Saúde da Família, e tem 4 por cada Posto. Dá 336 Agentes. Ele ganha R\$ 800,00 (com os encargos).  
463 Fizaram-me a proposta, e eu fiquei tão faceiro, que me conseguiriam os Agentes de Saúde de escolas  
464 registradas. Consigo convênio com Faculdades, para que estes Agentes Comunitários, que são estudantes,  
465 que tem de cumprir um currículo escolar, sem nenhum gasto para a Prefeitura. Mas aí me disse que não  
466 pode. Aí me disseram, não pode pois saiu um decreto, a nível federal, que obriga a concurso. Então, cada  
467 vez a burocracia piora. Quem não tem fábrica de dinheiro, tem de se adaptar dentro da Lei. Tem de fazer o  
468 que tem de ser feito. Tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que não vou botar meu pescoço lá, pois  
469 depois que sair de meu mandato e for processado, sou eu que tenho de contratar advogado e tenho de me  
470 defender. Já disse para o FOGAÇA que não vou levar ninguém de compadre, para fazer média e depois  
471 ser processado. Quero trabalhar dentro da Lei. Quero ser sincero, como estou sendo. Vamos ser parceiros.  
472 Vocês sabem que tem alguns funcionários, a qualquer nível, que resolvem não querer cumprir horário.  
473 Você o chama e daqui a pouco ele traz uma licença. Vamos conversar com seriedade. Não adianta fazer  
474 média e dar uma de gostoso aqui. Ele apresenta um atestado e está doente. Aí decidimos demitir este “cara”  
475 pois ele é vagabundo. Mas aí diz: não dá, tem de abrir uma sindicância, que demora isso, demora aquilo.  
476 Servidor público não é demitido nunca. E trabalha quando quer. Digo, pois sou servidor público do  
477 Ministério da Saúde, do Grupo Conceição, há 32 anos. Não adianta querermos fazer uma média bonita

478 aqui. Temos dificuldades em todos os Setores. Corta na carne. Então demite meia dúzia para ver se não  
479 entram na justiça e depois tem de pagar novamente. Temos de ter responsabilidade quando se fala. Botar  
480 para a rua? Bota, para ver se não terá de pagar e reintegrar e ser responsabilizado. O Secretário é  
481 questionado por não ter respondido sobre o Programa de Saúde da Família. Manifesta-se dizendo que falou  
482 no início dizendo ser a Saúde da Família um Projeto maravilhoso. Já chamei o Departamento Jurídico e  
483 pedi pelo amor de Deus, vamos manter ou renovar um contrato sério, decente, com a FAURGS. Somente  
484 um doente mental fica pensando que os 84 postos vão fechar, porque este pessoal não quer nada com nada.  
485 Não vão renovar o contrato. Isso é coisa doentia. Estou preocupado. Tenho reunião com a Universidade  
486 para nós renovarmos o contrato, dentro da Lei. Eu seria doente, e não tem nenhum doente na minha equipe,  
487 que diria assim: “ tudo bem, dá um aviso prévio, depois a gente quebra o galho”. Mas o que é isso? Fiquem  
488 tranqüilos, não queremos a demissão de ninguém. Queremos aumentar o número. Quando nós chegamos  
489 tinha 54 equipes e 26 médicos. Hoje nós temos 84 equipes. Se tiver alguém dizendo assim: “ o contrato não  
490 vai ser renovado com a FAURGS, tu vai ser demitido”. Somente um doente mental, com má vontade pensa  
491 isso. Nós queremos renovar o contrato e queremos manter todas as equipes. Mas isto tem de ser bem  
492 tratado com a equipe de advogados. A resposta é esta aí e bem clara. Ninguém vai ser demitido. A Psicóloga  
493 ESTER intervém e diz ser uma falta de respeito o uso do termo doente mental. O Dr. ELISEU SANTOS  
494 diz não ser falta de respeito e sim sinceridade. Digo o que penso. Insiste a ESTER dizendo que existe o  
495 indivíduo perverso, que é diferente de um doente mental. Insiste também o Dr. ELISEU, dizendo que o  
496 perverso é um desequilibrado mental. Se quiser dar um nome bonito, dê. Mas eu dou o nome que eu  
497 acredito. Encaminha então a Coordenadora ZILDA MARTINS a Pauta Principal, que é a avaliação e  
498 votação dos INDICADORES DO PACTO PELA SAÚDE 2007-Pactuação Estado/Municípios. Programa  
499 de Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde. Ressalta a Coordenadora que este assunto ficou para a data  
500 de hoje, para ser avaliado e votado, pois houve a necessidade de que houvesse uma explicação de como  
501 foram estabelecidos estes indicadores. Conforme proposto anteriormente, em duas oportunidades houve  
502 um encontro, com a participação de técnicos da Vigilância Sanitária do Município, que esclareceram a  
503 quem compareceu, quais os objetivos destes novos indicadores. Solicita então a Coordenadora ZILDA  
504 MARTINS que a ELEN BORBA, Coordenadora da SETEC, faça a leitura do PARECER 34/07, para  
505 depois a Plenária se posicionar. Feita a leitura são encaminhados os esclarecimentos. Fala então a Dra.  
506 DENISE AERTS, dizendo que irá procurar esclarecer as indicações listadas. Primeiramente deverá falar  
507 a Dra. LIZIA MOTA e após faremos os dos itens da Vigilância. Diz então a Dra. LIZIA que o Parecer da  
508 SETEC refere-se ao item um, referente ao percentual da receita. Pela Emenda Constitucional 29 o  
509 percentual é de 15%. Temos uma série histórica, de pelo menos nos dois últimos trimestres de um  
510 investimento superior a isto. Temos que pactuar o que está na Emenda Constitucional. Este investimento  
511 maior não tem como se garantir que ele seja constante, até porque esta é uma pactuação para outras gestões.  
512 Então, para este momento a pactuação teria que respeitar a Emenda Constitucional que é de 15%.  
513 Estabelece-se um debate e a Conselheira SANDRA PERIN manifesta-se dizendo achar ótimo que o  
514 município de Porto Alegre consiga atingir os 19% na aplicação dos recursos, ultrapassando ao que propõe  
515 a Emenda 29. Entendo o que a LIZIA fala que pactuar para os outros não é bom. É importante que  
516 valorizemos o que este conjunto de pessoas aqui já brigou e alcançou. Então este é o nosso argumento para  
517 que fique 19% e não 15%. Volta a falar a Dra. LIZIA, dizendo que como a gente pactua indicadores, é uma  
518 meta mínima a ser atingida. Temos minimamente que atingir aquela meta. O problema é que depois  
519 tenhamos que vir aqui apresentar um valor, que por algum motivo, por contingências municipais, por falta  
520 de repasse do Estado, vir aqui e apresentar uma meta que não foi atingida e correr o risco de o relatório ser  
521 rejeitado. Temos que ser realistas. Estamos propondo que a meta mínima seja de 15%. O que não impede  
522 que se persiga uma meta maior. Tem vários fatores, que determinam e que não depende somente do  
523 município. Fala a Dra. DENISE AERTS, dizendo que quando tivemos acesso aos questionamentos da  
524 SETEC, ficamos bastante atentos para que se pudesse trazer todas as informações necessárias e ao mesmo  
525 tempo conversamos com o Estado para tentar viabilizar uma forma de que esta discussão nossa no  
526 Conselho Municipal chegue até o estado e a SANDRA PERIN é um dos nossos representantes no Conselho  
527 Estadual. Então, conversando com a Secretaria de Saúde do Estado, nos orientaram para que fizéssemos a  
528 discussão, os esclarecimentos e que todas as recomendações do Conselho, sobre mudança dos índices ou  
529 dos indicadores, devem constar em Ata. Então, na Ata da Plenária, para cada um destes itens, porque o que  
530 acabou de acontecer foi o que nós explicamos aqui há mais de um mês de atrás. Estes indicadores foram

531 pactuados com o Estado, da forma como contamos para vocês, com a presença dos representantes, os  
532 conselheiros, e eles já aprovaram no conselho Estadual de Saúde, os indicadores. E aí nós levamos que o  
533 nosso Conselho quer discutir e quer sugerir novas metas. Como nós vamos fazer isso? Eles nos orientaram.  
534 Incluam na Ata e esta Ata vai subir para o Conselho Estadual, com todas as recomendações. E outra  
535 situação que temos que pensar. Uma coisa é a pactuação. Estas metas são as que o Ministério da Saúde  
536 cobra do Estado. O Estado cobra dos municípios. Uma outra coisa é o compromisso do Gestor Municipal  
537 com o Conselho Municipal, no atingimento das metas determinadas. Só um exemplo para vocês  
538 entenderem. As metas pactuadas para a mortalidade infantil são 10 vezes maiores que a mortalidade  
539 existente no município. Então vamos aumentar a mortalidade infantil no município? Claro que não. O que  
540 faz o gestor? Se comprometer com o Conselho Municipal de manter e buscar as metas que o Conselho  
541 indicar, como metas a serem mantidas. A Conselheira HELOISA ALENCAR volta a referir-se ao  
542 percentual de aplicação financeira. Argumenta que se definirmos que a meta permanecer nos 15% da EC29  
543 o Gestor poderá utilizar este limite na peça orçamentária e depois a gente não recupera este dinheiro nunca  
544 mais. Em lugar nenhum. O que nós entendemos é de que se nós não conseguimos gastar 19%, e se vai ter  
545 justificativa para isto ou não, é outro problema. Mas temos que ter esta meta no horizonte. Outras questões  
546 que ficaram pendentes é sobre a água do DMAE. Foram as duas que nós discordamos, em relação ao que  
547 estava colocado. O resto são dúvidas. Tem algumas que a gente não conhece os números. Os números que  
548 estavam ali, a KATIA mesmo dizia, não concordamos com estes números. Como a gente não tinha um  
549 histórico para avaliar, o número parecia ruim. Mas como não tínhamos um histórico a gente resolveu  
550 esperar para que viesse uma informação melhor. Manifesta-se o Conselheiro NAURO AGUIAR,  
551 concordando com a maioria do que a HELOÍSA falou e o importante é dizer que na Constituição está  
552 inscrito que o valor mínimo a ser colocado em saúde, pelo município, é de 15%. Nós estamos sempre  
553 exigindo mais. Tenho visitado diversos municípios no interior, que estão colocando 19%, 20%, e estou  
554 solicitando para botar mais pois não podemos concordar de partir de uma meta mínima, se já temos 19%.  
555 Temos de pensar bem isso. A Dra. DENISE AERTS volta a insistir que não aconteceu nenhuma reunião  
556 previa com o município. Em nada havia sido acordado. Nós nos sentamos com o Estado e com o Conselho,  
557 pela primeira vez, naquele dia, e o que aconteceu foi o que vocês viram. Fizeram que naquele dia se  
558 fechasse a pactuação e informasse o Sistema, na hora. Então, não havia nenhum acordo anterior. O Estado  
559 veio com as metas. Nos entregou as metas prontas. Nós questionamos. E não teve margem de  
560 questionamento. Concorda a Conselheira ZILDA MARTINS e é proposto que a plenária presente vote.  
561 Manifesta-se o Conselheiro JAIRO TESSARI, dizendo que esta discussão já foi feita no Conselho Estadual  
562 de Saúde. Este Pacto de Gestão, Pela Vida e Pelo SUS foi discutido nacionalmente pela Comissão  
563 Intergestores Tripartite, onde estão representados o Ministério da Saúde, o CONASS e o CONASEMS. O  
564 Conselho Nacional de Saúde também aprovou. Nós tivemos a mesma dificuldade. Não estávamos  
565 apropriados destes dados, para discuti-los. Penso que a gente fica desautorizada, pois se o Conselho  
566 Nacional aprovou nacionalmente, e evidentemente lá as nossas dúvidas foram outras, por no estado não  
567 sobra na aplicação. Ele falta. A discussão foi a de garantir a quantidade mínima, pois se nós, nestes pactos,  
568 colocarmos índices maiores do que o solicitado, vamos ter de cumpri-los. No Estado a questão da EC 29 o  
569 Estado do RS não cumpre nem a metade. Então, só queria ajudar dizendo que para a gente discutir e  
570 questionar que a gente não está apropriado, nós não temos a legitimidade na nossa opinião de fazer isso  
571 porque isso foi discutido nacionalmente e aprovado pelo conselho Nacional de Saúde. No Conselho estadual  
572 veio com prazo e tivemos de cumprir. **É encaminhada a votação e por 22 votos favoráveis e uma**  
573 **abstenção é mantida a meta de aplicação de 19%, COM A RESSALVA DE, CASO NÃO**  
574 **ATINGIDA, HAJA UMA JUSTIFICATIVA, POR ESCRITO.** Continuamos então a avaliação dos  
575 questionamentos, conforme Parecer da SETEC (em anexo), bem como Relação dos Indicadores (em  
576 anexo). Passando para o item 2, A Conselheira SANDRA PERIN diz que no Estado foi pactuado 50%  
577 porque seria o viável segundo o Gestor Estadual. Aqui, em Porto Alegre, estamos propondo 100% de  
578 contratualização com os Prestadores de Serviço. Fala a Dra. LIZIA, dizendo que Porto Alegre são 11  
579 Hospitais. Destes, 10 estão contratualizados. 91% dos recursos. Somente a Santa Casa não está, pois está na  
580 Procuradoria do Município. Temos 5 Filantrópicos, todos com contrato. Temos o Vila Nova e Petrópolis,  
581 que consideramos particulares. Poderia se considerar filantrópico, mas vai mudar, o Hospital Espírita, que  
582 vai ter uma política própria. Dá para se considerar “conveniada”, o São Pedro. E um Hospital Estadual,  
583 que é o Sanatório Partenon. Então, são 103 Prestadores. 82 Prestadores Ambulatoriais. 21 Hospitais. Dos

584 Universitários, temos 91% contratualizado. Os demais têm alguma relação de contrato. Dos prestadores  
585 ambulatoriais 26% tem contrato, porque existe uma Legislação, Portaria, que obriga a ter uma série de  
586 documentos e o maior impedimento é ter certidão negativa do INSS. Nós combinamos que todos os  
587 contratos seriam licitados e quando formos prestar contas para vocês irão observar que muitas licitações  
588 serão vazias em função de que estes Prestadores não apresentam a Certidão Negativa do INSS. Então é  
589 uma discussão que gostaríamos de levar adiante pois senão não vamos conseguir regularizar 100%. Então  
590 concordamos que esta meta tem de ser modificada. **O Plenário é consultado se há necessidade de**  
591 **votarmos a proposta de atingir-se a meta de 50% e por consenso manifestou-se favorável à ela, sem**  
592 **necessidade de votação.** Neste momento o Senhor Secretário solicita para se retirar e diz que agradece a  
593 maneira gentil de como foi tratado aqui, hoje. Quero ser parceiro de vocês. Como eu disse, vou fazer tudo  
594 dentro da Lei. Doa a quem doer. Se nós tivermos que cumprir horário, vamos cumprir horário. O  
595 Conselheiro NAURO AGUIAR, em aparte diz ao Secretário que fica preocupado, pois ele olha somente  
596 para os médicos. Reafirma o Dr. ELISEU SANTOS que olha para todo mundo. Reafirma o Conselheiro  
597 NAURO que ninguém cumpre horário. Retoma o Dr. ELISEU, dizendo que o que foi dito e distribuído  
598 aqui pelo Ministério Público é de que ninguém, cumpre horário. Desafio vocês a olharem a minha vida,  
599 onde trabalhei, para ver se não cumpri horário. Vou ser duro com quem tem de ser. Não levarei ninguém de  
600 compadre. Só vou votar aqui, nem que fique sozinho, dentro da Lei e o que a Constituição estabelece. Se a  
601 Constituição estabelece que eu devo votar 15%, voto 15%. Foi o que me propus a fazer e o meu grupo vai  
602 votar dentro da Lei. Não quero me incomodar. Vocês vão ter um parceiro. Pretendo vir em outras reuniões.  
603 Quando eu não puder vamos ter a nossa representação aqui. Tenho 32 anos de medicina e sei que não são  
604 somente os médicos. Aqui dentro tem gente que às duas horas da tarde já desaparece. Isso que estou aqui  
605 há uma semana. Mas eles vão dançar um tango. Um abraço. Pede a palavra o Conselheiro NAURO dizendo  
606 que este conceito de que somente cobram dos médicos que não cumprem horário. Temos acordo, há anos.  
607 De redução da jornada integral. Vejam, até o Secretário da Saúde, que é médico, parou e olhou para mim.  
608 Parece que são somente os médicos que não cumprem horário. Ninguém cumpre seu horário integral. Se  
609 quiserem discutir mais ou menos, é outra história. É bom que fique gravado. Olha-se para o médico como se  
610 fosse somente o médico que não cumpre o horário integral. Continua a Coordenadora ZILDA, passando  
611 para o item 12, onde há uma proposta de alteração. A Dra. LIZIA diz que se houver alteração significa  
612 alterar a série histórica de Porto Alegre, que nunca foi igual a 8 e sim de 8 para cima. Significa uma meta  
613 que talvez não seja atingida. A Conselheira HELOISA ALENCAR diz que nunca foi 8 e nunca foi 9. A  
614 proposta é de que não se piore. Ao invés de deixar em nove, se proponha em melhorar para 8. Se discutir  
615 este Programa e há uma sugestão de que se pautar no Conselho a Avaliação do Programa do controle da  
616 Hipertensão, que é um Programa antigo e que tem inclusive recursos para comprar medicamentos. Uma das  
617 situações que dificultam o controle destas doenças é a falta do medicamento. Por isso a gente está  
618 propondo “abusar” um pouco do histórico e chegar em 8/10.000, exatamente para ter este desafio de  
619 garantir, pelo menos, o medicamento para esta metas. Diz a Dra. LIZIA MOTA que o Hiperdia não pode  
620 ser considerado base de dados. No Brasil inteiro existe um problema de alimentação de dados. Temos  
621 dados muito melhores em SIAB e outros sistemas de informação e o Hiperdia não. A população  
622 hipertensa, acima de 40 anos, em Porto Alegre é de em torno de 512 mil pessoas. Em 2005, tínhamos  
623 apenas 14% de cadastrados, quando o Programa já tinha 1 ano. Então o Hiperdia não pode ser considerado  
624 parâmetro ou indicador de avaliação em Porto Alegre ou em lugar nenhum. Ou melhoramos o sistema de  
625 informação nacional ou utilizamos outra base. **É encaminhada a votação e vence a proposta de manter-**  
626 **se 8/10.000, com 22 votos favoráveis. A proposta de 9/10.00 teve 4 votos.** Passamos então para a análise  
627 dos itens 35 e 36. A Dra. DENISE AERTS diz então que quando o Ministério propõe um indicador, é para  
628 o Estado inteiro. O Estado, quando pactua com os Municípios, mantém para todos os municípios o  
629 indicador pactuado. Anualmente, o Ministério da Saúde vem fazer auditoria. Confere o cumprimento dos  
630 indicadores e tem na mão uma ferramenta de corte de repasse financeiro caso o estado ou os municípios  
631 não atinjam as metas propostas. É por isso que o Estado e o município têm muito cuidado com os níveis  
632 propostos. Na avaliação do grupo que participou do Seminário ficou estabelecido que a Vigilância  
633 esclareceria melhor estes dois itens, o que foi feito pela Dra. DENISE. **Portanto, os itens 35 e 36, após os**  
634 **devidos esclarecimentos, são considerados aprovados.** Passamos então para o item 51. Manifesta-se a  
635 Dra. DENISE AERTS dizendo que o estado, quando montou a planilha de pactuação, montaram uma série  
636 histórica e buscaram dados que nós não temos a menor idéia de onde. Nem quem estava pactuando

637 conosco sabia. E nós então nós dissemos, está tudo errado. Eles disseram que sim, poderia estar e ficou por  
638 isto mesmo. É um Sistema que está pronto e a gente não digita. Não se pode mudar. Existem critérios. Por  
639 exemplo: comparando Recife com Porto Alegre, nós temos mais crianças com baixo peso. Em todo recém  
640 nascido com 400 gramas, respirou, é nascido vivo em Porto Alegre. No Recife, ele respirou. Morreu em  
641 uma hora, duas horas depois não é considerado nascido vivo. Ele é nascido morto. Então, quanto melhor a  
642 qualidade do Sistema de Informações, mais crianças com baixo peso a gente tem, porque são as crianças  
643 que morrem no primeiro dia de vida. Então a nossa série histórica é um pouco melhor que 1.8 mesmo. Mas  
644 o que aconteceu é isto. O Estado nos deu o número, pela série histórica deles e não teve discussão. Nós  
645 queríamos introduzir indicadores que nos permitiriam usar o recursos para situações que são importantes,  
646 como para Porto Alegre é a Leptospirose, que mata gente aqui. Eles não nos permitiram a inclusão, pois se  
647 permitissem, poderíamos usar recurso para comprar veneno para rato para fazer a desratização. **A plenária  
648 é consultada e considerou as justificativas plenamente satisfatórias, não havendo necessidade de  
649 votar-se.** Seguindo, passamos para o item 52. Fala pelo gestor a Professora HELENITA, dizendo que a  
650 série histórica na verdade está errada. Em 2004, é 19.24, 2005 é 19.36, 2006 é 19.5 e estes 19.5 é a  
651 Pactuação. **Feito o esclarecimento a Plenária é consultada se há necessidade de votarmos. Entende-se  
652 que não e considera-se aprovado.** Partimos para o item 54. Este tema já foi esclarecido anteriormente, mas  
653 a Professora HELENITA deseja manifestar-se, dizendo que não temos na Secretaria uma Política de Saúde  
654 de Adultos. Organizada, que aponte Programas, Controles. A proposta do Hiperdia, como a DENISE falou,  
655 é um software que tem dado problema. A partir deste ano começamos a procurar outros programas que nos  
656 permitam avaliar, como o SIAB. Manifesta-se também a Dra. LIZIA MOTA, dizendo que na última versão  
657 do Plano Municipal de Saúde aparece uma tentativa de resolver o problema. A gente cria na verdade um  
658 cadastro, uma obrigatoriedade de todos os hipertensos vinculados a uma Unidade sejam cadastrados.  
659 Coloco novamente que hiperdia não é parâmetro para nós. **A Plenária é consultada e considerou-se  
660 esclarecida.** Continuamos e partimos para o item 78. Fala a Dra. DENISE, dizendo que aqui, na verdade  
661 houve confusão. Como o Ministério mudou há pouco tempo, aceitou a população do SINASC, as colegas  
662 estavam com o número errado e passaram à vocês. Está pactuado, está correto e o cálculo está correto. Elas  
663 estavam com o número que antes a gente trabalhava e não se deram conta. Aproveita a DENISE e fala sobre  
664 o item 92, que também foi solicitado esclarecimentos. Diz que foi digitado na Pactuação o número errado.  
665 Já foi corrigido. Fala também sobre o item 96, que foi solicitado esclarecimentos. Em relação aos  
666 prestadores, nós temos 100% das informações do que acontece com a água em Porto alegre. Pergunta-se,  
667 porque fomos pactuados 50. Porque os outros municípios não têm 100%. O Estado, novamente, não quis  
668 pactuar para Porto Alegre, uma meta diferente, do que pactuou para si e para os outros municípios. Nós  
669 podemos pactuar 100%. **Consultados os Conselheiros presentes, em relação aos 3 últimos itens acima  
670 e houve concordância com as explicações apenas havendo votação para o item 96, que recebeu 19  
671 votos favoráveis para que se fixe a meta em 100%, nenhum contrário e nenhuma abstenção.** O  
672 Conselheiro OSCAR PANIZ encaminha então a votação dos INDICADORES DO PACTO PELA SAÚDE  
673 2007, com as devidas ressalvas, já explicitadas e justificadas acima. É aprovado por 22 votos favoráveis,  
674 nenhum contrário e nenhuma abstenção. A Coordenadora ZILDA MARTINS, nada mais havendo,  
675 encaminha o fim da Plenária, as 22:00 horas, sendo lavrada a presente Ata.

676  
677  
678  
679 ZILDA DE MORAES MARTINS  
680 Coordenadora do Conselho  
681 Municipal de Saúde de  
682 Porto Alegre  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689

OSCAR RISSIERI PANIZ  
Secretário